



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO - PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)- DA TEORIA À PRÁTICA

Carine Ferreira Machado Virago,
Acadêmica do Curso de Pedagogia EAD- UFSM-
Vice-diretora da E.E.E.M.Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco

RESUMO: Muitas são as políticas voltadas à educação em nosso país, e uma delas, o Plano de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC está voltada especificamente ao processo de alfabetização. Este trabalho visa lançar um olhar criterioso e analítico sobre as práticas pedagógicas que vem sendo realizadas dentro da escola, especialmente a partir da proposta do PNAIC, verificando a eficácia da aplicação dos objetivos propostos pelo programa para alfabetizar com letramento, lançando este olhar sobre a organização pedagógica da Escola Estadual de Ensino Médio Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, localizada no município de Santa Maria, verificando como a mesma proporciona espaços para a prática das atividades propostas pelo PNAIC, bem como os resultados obtidos através dessa organização. Verifica-se que ações voltadas ao atendimento de alunos com o mesmo nível de alfabetização, obtendo amparo na organização pedagógica e administrativa da escola, permitem resultados satisfatórios para o processo de alfabetização.

Palavras-chave: ALFABETIZAÇÃO – POLÍTICAS PÚBLICAS – ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA – PNAIC

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vem crescendo no Brasil o desenvolvimento de Políticas Públicas que visam a garantia de uma escola democrática, em que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Além disso, mudanças estruturais também colaboram para absorver um número cada vez maior de estudantes dentro da escola. O Ensino Fundamental, único nível de matrícula obrigatória no país, com a lei nº 11.274 de 06 de Fevereiro de 2006 concretiza a ampliação de oito para nove anos, acolhendo parte da população que não conseguia vaga para a Educação Infantil na rede pública. Conforme o PNE, a determinação legal (Lei nº 10.172/2011, meta 2 do ensino fundamental) de implantar progressivamente o Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de 6 anos de idade, tem duas intenções:



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

[...] oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, atingindo maior nível de escolaridade (BRASIL, 2011, p. 05).

O objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e com isso uma aprendizagem mais ampla e significativa, para que os alunos aprendam mais e estejam preparados para atuar de maneira consciente e democrática em sociedade.

Desse modo, ao ampliar o acesso, foi necessário também que se repensasse as estratégias que contemplassem uma alfabetização plena, reduzindo progressivamente os índices de evasão e repetência nos anos iniciais, promovendo um processo de aprendizagem efetiva. Pois se entende que a aprendizagem da leitura e da escrita precisa ser garantida por meio de uma prática educativa baseada em princípios relacionados a uma escola inclusiva. Nesse contexto, o Governo Federal implantou, a partir de 2013, o PNAIC, Plano de Alfabetização na Idade Certa, que visa promover ações e disponibilizar recursos com o objetivo de efetivar a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais, brasileiras.

Neste sentido, é de fundamental importância analisar, compreender e avaliar como essa política pública de alfabetização vem influenciando e colaborando em processos de aprendizagem, pois ao estudarmos e avaliarmos uma política pública, passa-se a compreender melhor como ocorrem as ações entre Estado e Sociedade na luta pelo reconhecimento da educação como direito, nos desafios da sua oferta e organização e nos conflitos decorrentes da busca por qualidade. Ao mesmo tempo, é possível compreender como as escolas, através de seus gestores, coordenadores pedagógicos e professores, vem trabalhando e se organizando para colocar em prática as ações pedagógicas propostas na formação dos profissionais em educação que aderiram ao pacto e com isso estabelecer parâmetros que possam servir como subsídios para avaliar a relevância dessas ações na escola e como política pública.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Assim, centramos nossa pesquisa na tentativa de responder a seguinte problemática de pesquisa: Como a organização pedagógica da escola pode contribuir para colocar em prática e potencializar os objetivos de alfabetização propostos pelo PNAIC, centrando o olhar investigativo em uma Escola Estadual de Educação Básica localizada no município de Santa Maria/RS?

Para tanto, este trabalho visa fazer um relato de experiência, demonstrando como a proposta do PNAIC vem sendo colocada em prática na Escola Estadual de Ensino Médio Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, localizada no bairro Boi Morto, município de Santa Maria, analisando os avanços obtidos no processo de alfabetização a partir da operacionalização dos objetivos estabelecidos por essa política pública.

REVISÃO DE LITERATURA

Na atual sociedade, o conhecimento torna-se o alicerce necessário para inserir e manter os indivíduos no meio social e no mercado de trabalho. Assim as pessoas buscam formação, voltada para atender as necessidades sociais e educativas, e também como uma das condições de superar as dificuldades que acentuam o distanciamento entre as classes sociais, que interfere diretamente na vida dos mais pobres, que vivem a margem do processo de inclusão social.

Saber ler e escrever com eficiência é essencial para viver numa sociedade letrada, mas saber usar estes conhecimentos nas diferentes práticas sociais e nas relações entre os sujeitos são questões fundamentais que envolvem o processo de ensino e aprendizagem.

Uma das funções da escola é assegurar aos alunos a apropriação dos conhecimentos de forma organizada e sistematizada. Os professores devem articular e ampliar as experiências vividas pelas crianças por meio de novos conhecimentos através de práticas pedagógicas alfabetizadoras que oportunize as mesmas, ler e escrever com qualidade, fazer uso desses conhecimentos com autonomia em suas atividades e relações sociais, para que ao longo do processo emancipem-se como cidadãos.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

No entanto, as pesquisas em torno do analfabetismo no país revelam dados alarmantes. De acordo com a divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (2009), concluiu que a taxa de analfabetismo no país é 9,7% da população, isto significa 14,1 milhões de pessoas, e os analfabetos funcionais são 20,3%. Políticas e programas estão sendo determinados pelo Ministério da Educação (MEC) no sentido de contribuir na e para a educação escolar. Uma das propostas foi a ampliação do ensino fundamental para nove anos, acrescentando um ano a mais na fase de alfabetização, com ingresso das crianças aos seis anos de idade, definida pela Lei nº 11.274, de 06/02/2006. Além disso, foi lançado em 2013 o Plano Nacional de Alfabetização na idade Certa (PNAIC), que tem por objetivo possibilitar o acesso e a permanência do aluno no sistema escolar, e também assegurar a apropriação do conhecimento que compreende a alfabetização com letramento até o 3º ano do ensino fundamental.

A partir deste âmbito, é urgente e necessário elevarmos os índices de alfabetização com letramento no Brasil, com ações e práticas pedagógicas que oportunize a todos, crianças, jovens e adultos, a inserção na cultura letrada para o acesso ao conhecimento e possibilidades de inserção social.

Sendo assim, o presente projeto de pesquisa tem como enfoque principal a Alfabetização que, segundo Freire e Macedo (1990, p. 167) o termo se refere “a relação entre o educando e o mundo, mediada pela prática transformadora deste mundo”. Soares define que (2011, p. 15) “[...] alfabetização em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita.” Assim, a alfabetização é a aprendizagem da codificação e decodificação dos sinais gráficos. Enquanto compreende-se por letramento “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.” (SOARES, 2010, p. 18).

As concepções de ensino em torno do tema “alfabetização” foram estudadas por Vieira (2007). A autora mostrou que as concepções que os professores têm sobre alfabetização modificaram nas últimas três décadas. Parte substancial dessa mudança



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

ocorreu devido à entrada, no Brasil, dos estudos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1985) sobre a construção da linguagem escrita pela criança.

Segundo Ferreiro (1985) os estudos sobre alfabetização cometiam um grande erro: consideravam no processo da aquisição da linguagem escrita somente dois elementos, o professor e o aluno, esquecendo-se que o sistema de escrita é o verdadeiro objeto de estudo. Esse aprendizado é formado por uma tríade: professor – aluno e linguagem escrita. A autora, então, o problematizou por meio das seguintes perguntas: Como ele é construído? Que percepções a criança tem deste sistema, antes de ir à escola? Que concepções sobre o sistema de escrita o professor precisa para alfabetizar? Que consequências têm, para a prática alfabetizadora, essas concepções?

Desse modo, as ações que ocorrem dentro da escola devem possibilitar sua compreensão de tal modo por parte do aluno, que este as vivencie em todas as suas ações sociais, pois garantir o acesso à leitura e à escrita é um direito de cidadania, e uma função do sistema escolar. Considerando esta idéia, não se trata de escolher entre alfabetizar ou letrar, segundo Soares (2010, p. 47) “alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita [...]”.

Atualmente, as escolas públicas mesmo seguindo a proposta de continuidade nas séries do bloco alfabetizador, não estão assegurando que a não reprovação, resulte em efetiva aprendizagem, pois algumas crianças não estão sendo alfabetizadas e a maioria não tem ultrapassado o nível rudimentar de alfabetização, comprometendo a continuidade dos estudos das mesmas. Neste sentido, o Programa Pró-Letramento (BRASIL, 2008, p. 14) ressalta:

Sabe-se, que o trabalho a ser feito nos três anos iniciais não se esgota na alfabetização ou no desenvolvimento dessas capacidades linguísticas. Mas elas são importantes porque é na alfabetização e no aprendizado da língua escrita que vêm se concentrando os problemas localizados não apenas na escolarização inicial, como também em fracassos no percurso do aluno durante sua escolarização.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

É preciso portanto lançar um olhar criterioso e analítico sobre as práticas pedagógicas que vem sendo realizadas dentro da escola, especialmente a partir da proposta do PNAIC, verificando a eficácia da aplicação dos objetivos propostos pelo programa para alfabetizar com letramento.

É indispensável conhecer estas práticas para podermos repensá-las e assim contribuir de forma mais efetiva na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças na fase de alfabetização.

METODOLOGIA

A metodologia representa um caminho à organização fundamentada e segura do processo de conhecimento e análise da realidade pesquisada, sendo esta finalidade básica para fazer ciência.

O estudo aqui apresentado, baseia-se em problemas práticos, visando mostrar um fenômeno particular e descrevendo-o, características que justificam a escolha desse método de pesquisa. Para Yin (2005), estudo de caso é uma investigação empírica, um método que abrange tudo – planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos.

O estudo de caso tem um potencial enorme de contribuição aos problemas da prática educacional, ao fornecer informações valiosas que permitem também decisões políticas.

Este trabalho apresenta as formas de organização pedagógica da referida escola para atender as exigências e objetivos do Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa, tendo em vista que esta escola apresenta um modo de organização próprio para colocar em prática essas ações.

A referida escola, através da equipe diretiva e pedagógica, proporcionou ao professores envolvidos no PNAIC condições de organização pedagógica para que os objetivos de alfabetização fossem potencializados através de ações elaboradas no contexto escolar. Essa organização pedagógica foi denominada pela equipe diretiva



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

como “Ações do PNAIC” e ocorreram em três fases no ano letivo de 2013 na escola. No primeiro momento, no espaço das reuniões pedagógicas, discutiu-se a importância do programa para o processo de alfabetização e sugerindo-se a organização de ações com vistas a atender os alunos com base em seus níveis de alfabetização, independente da série em que estivessem cursando (1º ao 3º). No segundo momento, foi elaborado pelos professores das turmas uma testagem que apontou os diversos níveis de alfabetização aos quais se encontravam os alunos das turmas de 1º ao 3º anos. Essa etapa constituiu-se de fundamental importância para a organização da ação pedagógica proposta, pois foi possível obter de forma quantitativa os níveis e o número de alunos em cada nível. Após esta etapa, passou-se a organização das turmas por nível de alfabetização, com vistas a reuni-los de acordo com esse critério, independente da série em curso, visando a aplicação de atividades que contribuíssem para trabalhar suas necessidades de alfabetização. Definidos os níveis de alfabetização de cada aluno, que no primeiro momento apresentaram quatro: sendo estes pré-silábico 2, alfabético, silábico e alfabetizado, passou-se a organização das turmas para colocar em prática a referida ação, deixando a critério do professor a escolha do nível que pretendia trabalhar.

Na primeira Ação do Pnaic, registrou-se oito grupos de trabalho, organizados conforme os níveis de alfabetização, sendo atendidos pelas professoras das turmas de 1º ao 3º ano, além da professora apoiadora da escola e da coordenadora pedagógica, que se dispuseram ao atendimento dos grupos visando o número de alunos envolvidos e a qualidade do atendimento. A primeira ação registrou 13 alunos pré-silábicos, 21 alunos silábico- alfabéticos, 36 alunos alfabéticos e 53 alunos alfabetizados.

Na segunda Ação do Pnaic, foi possível organizar mais um grupo com base no nível de alfabetização, pois os professores constataram alunos no nível silábico alfabético, sendo necessário o desenvolvimento de um trabalho específico para este grupo. Nesta fase, registrou-se 6 alunos pré-silábicos, 20 alunos silábicos, 13 alunos silábico alfabéticos, 26 alunos alfabéticos e 64 alunos alfabetizados.

A terceira e última ação realizada registrou 22 alunos silábicos, 13 alunos silábicos alfabéticos, 25 alunos alfabéticos e 64 alunos alfabetizados.



VI FIPED

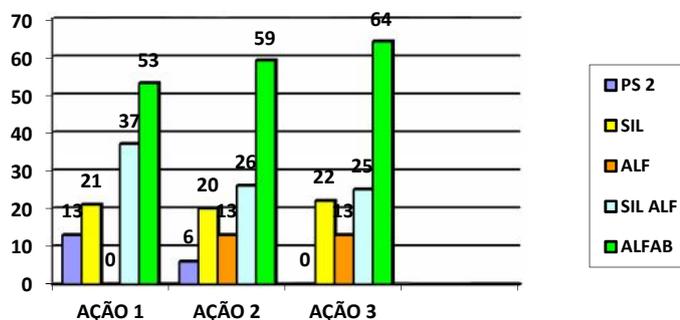
FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

É importante destacar que as atividades aplicadas nas Ações do Pnaic na escola foram organizadas com base em uma temática estabelecida em reunião pedagógica pelo grupo de professores. A primeira e segunda Ações apresentaram como temática o Folclore e as turmas formadas a partir dos níveis receberam a denominação de personagens folclóricos, como Iara, Mula-sem-cabeça, etc. A terceira e última ação foi trabalhada sob a temática dos Meios de transporte e as turmas receberam como nome elementos utilizados para locomoção: navio, moto, carro.

No dia da aplicação das atividades estabelecidas para a ação, cada aluno recebia um “passaporte” para procurar a sala que deveria freqüentar naquele momento. O passaporte consistia em um crachá contendo a figura da turma de acordo com a temática da ação. Na porta de cada sala estava afixado cartaz com a mesma figura recebida pelo aluno, para que este identificasse sua turma de trabalho.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir do trabalho realizado para a formação das turmas, foi possível elaborar gráficos que demonstraram o crescimento dos alunos e sua transição entre os níveis de alfabetização. O gráfico a seguir é resultado da organização dessas turmas para aplicação das atividades e servem como subsídio para a análise da relevância dessas Ações no âmbito escolar.



A análise do gráfico acima permite constatar a mudança de nível dos alunos de acordo com o desenvolvimento do trabalho por níveis de alfabetização, bem como um



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

aumento significativo do número de alunos alfabetizados. Ainda é preciso destacar que na primeira e segunda ações propostas apresentavam-se alunos pré-silábicos, os quais não foram revelados na terceira ação.

Uma análise mais detalhada desse gráfico permite perceber que as ações voltadas ao atendimento de alunos com o mesmo nível de alfabetização, sendo essas elaboradas e organizadas pelo grupo de professores envolvidos, obtendo amparo na organização pedagógica e administrativa da escola, permitem resultados satisfatórios para o processo de alfabetização.

Uma das funções da escola é assegurar aos alunos a apropriação dos conhecimentos de forma organizada e sistematizada. Os professores devem articular e ampliar as experiências vividas pelas crianças por meio de novos conhecimentos através de práticas pedagógicas alfabetizadoras que oportunize as mesmas, ler e escrever com qualidade, fazer uso desses conhecimentos com autonomia em suas atividades e relações sociais, para que ao longo do processo emancipem-se como cidadãos.

Pretende-se aprofundar o trabalho de análise dos resultados obtidos através dessas atividades pedagógicas, procurando estabelecer novos dados a partir de um estudo realizado com os professores envolvidos, na intenção de lançar um olhar criterioso e analítico sobre as práticas pedagógicas que vem sendo realizadas dentro da escola, especialmente a partir da proposta do PNAIC, verificando a eficácia da aplicação dos objetivos propostos pelo programa para alfabetizar com letramento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n. 11.274, 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

da União, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: < www.senado.gov.br.> Acesso em: 04 nov. 2013.

_____. **Plano Nacional de Educação.** 2011. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2013.

_____. Lei n. 12.801, de 24 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm. Acesso em: 28 out. 2013.

_____. **Pró-letramento:** programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental – alfabetização e linguagem. Brasília. MEC/SEB, 2008. Disponível em: <www.mec.gov.br/seb>. Acesso em: novembro 2013.

_____. MEC. **Cadernos de Formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa.** Disponível em: < <http://pacto.mec.gov.br/>> Acesso em: set 2013.

FERREIRO, Emília. 1985. Tradução de Horácio González A representação da linguagem e o processo de alfabetização. *Caderno de Pesquisa*. n. 52, p. 7-17.

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 167.

MOZZATO, Anelise Rebelato. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios.** RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 11 abril 2014.

MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social.** In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras Editora, 2001.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

YIN, R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

_____. **Letramento:** um tema em três gêneros. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

TRIVINOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Luciene Cerdas. 2007. **As práticas das professoras alfabetizadoras como objeto de investigação: teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em educação do Estado de São Paulo (1980 – 2005).** Dissertação de Mestrado, Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Araraquara.